



LEITURAS DO
PARANÁ

**CADERNO
DOS SEMINÁRIOS
DO NÚCLEO ESTADUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DO PARANÁ**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS
TEORIAe**DEBATE**



LEITURAS DO



PARANÁ

**CADERNO
DOS SEMINÁRIOS
DO NÚCLEO ESTADUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DO PARANÁ**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

FEVEREIRO / 2023

Este **Caderno Teoria e Debate** faz parte da série Leituras dos Estados, um conjunto de elaborações que tem como objetivo problematizar questões da sociedade contemporânea e propor políticas públicas para o Brasil, realizado no âmbito do Centro de Altos Estudos e dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs) e dos Núcleos Estaduais de Políticas Públicas (NEPPs).

Esses cadernos constituem subsídios para o debate propositivo e de alternativas para o país e não têm caráter de resolução partidária, programa de governo, além disso não necessariamente expressam as opiniões da direção da Fundação Perseu Abramo. As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade dos autores.

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho, Naiara Raiol, Alberto Cantalice, Artur Henrique
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar, Virgílio Guimarães

Conselho Curador

Dilma Rousseff (presidenta de honra), Fernando Haddad (presidente), Ana Maria de Carvalho, Ademar Arthur Chioro dos Reis, Arlete Avelar Sampaio, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, Laís Wendel Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Vladimir de Paula Brito.

Equipe editorial

Rose Spina, Rogério Chaves, Raquel Costa e David da Silva Jr.

Projeto gráfico, editoração e capa

Caco Bisol Produção Gráfica

Revisão

Angélica Ramacciotti e Claudia Andreoti

Centro de Altos Estudos

Coordenação executiva: William Nozaki

Coordenador dos NEPPs: Eduardo Tadeu Pereira

NOTA EDITORIAL

Os textos que compõem a série “Leituras dos Estados” foram elaborados pelos NEPPs da Fundação Perseu Abramo durante o segundo semestre de 2022.

Apesar de passada a disputa eleitoral, são registros históricos importantes, com diagnósticos, dados e formulação de debates programáticos que merecem ser publicados.

Pedimos, assim, atenção aos leitores e leitoras, pois tomamos a liberdade de manter os tempos verbais presentes no original.

SUMÁRIO

8 INTRODUÇÃO

SEMINÁRIOS:

18 A DESIGUALDADE NO PARANÁ

23 O NEOLIBERALISMO E A DEMOCRACIA

28 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E NEOLIBERALISMO

34 SEGURANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA

38 EDUCAÇÃO BÁSICA E O NEOLIBERALISMO

43 O NEOLIBERALISMO E O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO

50 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO

55 PERSPECTIVAS PARA O ESPORTE

60 A ARTE, A CULTURA E A DEMOCRACIA

INTRODUÇÃO

ÂNGELO VANHONI
RODOLFO JARUGA
OCTÁVIO CAMARGO

Diante das crises estruturais pelas quais passa o nosso Estado desde o golpe parlamentar de 2016 – em especial o aumento da pobreza e da miséria, e a deterioração da democracia – é urgente apontar caminhos à reconstrução do Brasil. É importante congregarmos em torno desse objetivo todas as instituições e pesquisadores que estejam produzindo conhecimento sobre as condições atuais de nossa sociedade e, juntos em nossa diversidade de pensamento, contribuir com um diagnóstico social, econômico e cultural, e apontar problemas e soluções para o Paraná e o Brasil. Com esse intuito, e estimulado pela Fundação Perseu Abramo, o Partido dos Trabalhadores do estado do Paraná criou o Núcleo Estadual de Políticas Públicas do Paraná (NEPP/PR).

O NEPP/PR, coordenado por Ângelo Vanhoni, ex-deputado federal e presidente do Diretório Municipal do PT de Curitiba, é espelhado nos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs) da Fundação Perseu Abramo, e se destina a realizar um diagnóstico da conjuntura política no estado do Paraná, fazer um estudo do impacto das ações governamentais em curso e apontar soluções.

Com esse intuito, ao longo de 2021 e 2022 o NEPP/PR promoveu uma série de seminários, em que se debateram temas e questões de relevância para a compreensão do cenário social, econômico, político e cultural do estado do Paraná. Tais seminários estão relatados sumariamente neste documento.

A seguir, os seminários:

- | A desigualdade no Paraná – 30/06/2021
- | O neoliberalismo e a democracia – 04/08/2021
- | Ciência tecnologia e neoliberalismo – 18/08/2021
- | Segurança pública e democracia – 22/09/2021
- | Educação básica e o neoliberalismo – 06/10/2021
- | O neoliberalismo e o desmonte do Estado brasileiro – 19/11/2021
- | Agricultura sustentável e desenvolvimento – 08/12/2021
- | Perspectivas para o Esporte – 30/03/2022
- | A arte, a cultura e a democracia – 05/05/2022

O PARANÁ

Nossa intenção, neste breve prólogo, é apresentar um pouco do contexto histórico em que o estado do Paraná se desenvolveu nos últimos cem anos, período em que saltou de uma população de 250 mil habitantes para 11,5 milhões, e tornou-se a 5ª maior economia do país.

O fio condutor desta introdução tem por foco o ser humano, sua condição ao longo de séculos de ocupação da terra a partir da colonização europeia até os últimos cem anos, período em que a economia do Paraná cresceu vertiginosamente, sem, contudo, conseguir distribuir riqueza e renda para a maioria de sua população.

Apesar da velocidade e gigantismo do crescimento do estado, os paranaenses têm uma vida difícil, com uma renda entre 2 e 3 salários mínimos, num estado com alto índice de desemprego, alta concentração populacional na periferia das grandes cidades e com muita desigualdade social.

Neste cenário, agravado pela crise sanitária sem precedentes da pandemia de COVID-19 e pelos governos de Jair Bolsonaro e Ratinho Junior, que demos início, em 2021, a um ciclo de seminários, em parceria com a Fundação Perseu Abramo e o Partido dos Trabalhadores, para debater a conjuntura nacional e estadual em busca de novas perspectivas que pudessem contribuir para o planejamento da

reconstrução do estado do Paraná no campo progressista.

Orientamos nossa análise para avaliar as consequências do neoliberalismo que tomou conta do governo do Brasil e do Paraná nos últimos anos, no intuito de nos defendermos do efeito devastador da financeirização da economia em setores que são essenciais à vida da maior parte da população.

Cada encontro reuniu dois palestrantes e um mediador na intenção de discorrermos sobre o impacto das políticas neoliberais no governo a partir de uma análise da conjuntura nacional, abordada pelo primeiro palestrante, para, em seguida, nos debruçarmos sobre o mesmo tema no âmbito do Paraná. Ao final das falas, abria-se uma rodada para perguntas e intervenções dos participantes.

Os seminários do NEPP/PR contaram com a contribuição de ex-ministros, governadores, senadores, deputados, vereadores, assim como de líderes sindicais, militantes, policiais militares, professores, artistas, servidores públicos e intelectuais de diversas áreas. Os vídeos com a íntegra dos seminários em seu formato original, contendo o conjunto das falas dos palestrantes e das intervenções do público, está disponível na internet para acesso de todos e todas.

A HISTÓRIA ANCESTRAL DO PARANÁ E OS POVOS QUE NELE HABITAVAM

O Paraná tem uma história milenar que remonta a um período muito anterior ao da colonização europeia, no século XVI, quando portugueses e espanhóis, aqui chegaram para ocupar a terra e retirar o que nela havia de valor para o velho mundo. Neste sentido, a história do Paraná, no período colonial, pouco difere da história do Brasil.

À parte o legado cultural que os colonizadores tenham nos deixado, a exemplo da língua, os primeiros séculos do Paraná foram marcados pelo desenfreado extrativismo mineral e vegetal, pelo extermínio contínuo de populações indígenas, pela escravização do negro, e já no período republicano, pela utilização de imigrantes europeus, sobretudo no final do século XIX e início do século XX, como mão de obra barata na ocupação dos campos.

DO TUPI GUARANI: PARÁ + NÃ = RIO SEMELHANTE AO MAR: PARANÁ

O nome do estado provém do tupi paraná, que significa ‘rio caudaloso’ ou ‘canal que liga dois rios’; ou, ainda, do guarani para (mar) e anã (semelhante), para expressar a ideia de “rio semelhante ao oceano”.

O Paraná entra no século XX com uma população de 250 mil habitantes (número em muito inferior as populações dizimadas pela ocupação colonial), e salta, em 2022, para mais de 11,5 milhões. Portanto, foram nos últimos cem anos que as principais estruturas de ocupação do estado se consolidaram e é nelas que vamos focar nosso olhar para compreender qual foi o projeto de desenvolvimento que o Paraná concebeu para si naquele momento e no que ele se tornou na conjuntura atual.

1922 - 2022: O LEGADO DA SEMANA DE ARTE MODERNA NO BRASIL

Buscaremos na expressão dos movimentos artísticos uma primeira imagem deste projeto. Desse modo, o ano de 2022 marca o centenário da Semana de Arte Moderna. Em 1922, o Paraná e o Brasil entravam num novo período de sua história, marcados pela abolição da escravatura e a proclamação da república pelas elites agrárias do país. No resto do mundo, o que se via era um movimento operário lutando por igualdade, numa moldura em que a ganância dos grandes capitalistas havia conduzido os povos à Primeira Guerra Mundial.

É com esse pano de fundo que um grupo de artistas plásticos, músicos, escultores, poetas, políticos e escritores, ousou discutir o que era ser brasileiro, questionando a submissão irrefletida ao modelo europeu, trazendo o cotidiano do povo brasileiro para o primeiro plano, mostrando o Brasil real, com a sua diversidade étnica, que vemos representada nos quadros de Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, com o canto do Uirapuru, registrado nas composições sinfônicas de Villa Lobos, que se conectou com as práticas musicais

das vanguardas europeias para realçar a expressão nacional, ressaltando os elementos característicos da arte e cultura, dos povos indígenas, negras e negros, além do folclore brasileiro.

Mário de Andrade percorria as diversas regiões do Brasil, anotando em partitura as melodias do folclore e da expressão popular. O manifesto antropofágico, de Oswald de Andrade, trazia como imperativo metafórico a deglutição do colonizador europeu pelo habitante dos trópicos. Surgia assim a imagem do brasileiro que se recusava a ocupar o lugar que lhe foi conferido após longo período de sujeição e que devolvia o legado cultural imposto pelo colonizador retrabalhado pela barriga, digerido, transformado em algo seu.

O MOVIMENTO SIMBOLISTA E O PARANÁ – EMILIANO PERNETA E DARIO VELLOZO

No Paraná, 13 anos antes, em 1911, o abolicionista, republicano, leitor de Charles Baudelaire, Emiliano Pernetta era consagrado “príncipe dos poetas”, no Passeio Público. O poeta e escritor curitibano ganhou voz nos jornais e periódicos de São Paulo e do Rio de Janeiro e o Paraná passou a se expressar na capital.

Com ele, uma série de artistas do movimento simbolista passam a pensar a identidade cultural paranaense e a desenvolver um projeto educacional para o estado, espelhados na República de Platão e no humanismo helenista, visando uma sociedade mais justa e igualitária, na qual o livro, o pensamento e a palavra ocupavam um lugar de centralidade.

O Compêndio de Pedagogia, de Dario Vellozo, publicado em 1907, era de uso obrigatório nos cursos normais do estado, propunha que os educadores e toda a sociedade somassem esforços para o desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais do ser humano, preocupava-se, com a constituição de um cidadão que se comprometesse com o bem público e a república. Vellozo era um herdeiro do projeto iluminista, defensor da autonomia intelectual, da razão, da ciência e da liberdade de consciência. É neste contexto intelectual que se formou a Universidade Federal do Paraná, fundada em 1912.

A EXPANSÃO PARA O INTERIOR E O NORTE RECENTE

O Paraná era, então, um estado agrário essencialmente exportador de mate e madeira. A ocupação e o desbravamento das terras do interior se deu a um alto custo de vidas humanas, repetindo as práticas genocidas do período colonial, como na guerra do Contestado, que dizimou camponeses, povos e comunidades tradicionais, com uso, inclusive, de artilharia aérea contra a população civil – pela primeira vez na história do estado – para possibilitar a exploração de madeira e a construção de estradas de ferro por capitais norte-americanos e ingleses.

A partir da década de 1950, o Paraná erige uma série de instituições estatais que favoreceram e induziram o desenvolvimento agrário e industrial do estado, sendo estas duas vertentes a base da economia. Ferrovias, estradas e usinas foram construídas, bairros e cidades foram planejados e executados do dia para a noite. Faculdades estaduais foram fundadas em Curitiba, e em seguida, no norte recente, Londrina e Maringá. Grandes obras definiam os contornos do estado, financiadas por bancos públicos orientados por um projeto desenvolvimentista que trouxe ao estado progresso, sem, contudo, conseguir distribuir riqueza e renda para o conjunto do povo.

O MUNDO MODERNO – A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA NOS CENTROS URBANOS

Em meados da década de 1970 outro fenômeno acontece: por conta da desproporção na distribuição de bens sociais no interior, a população urbana passa a ser maior que a rural e a crescer numa velocidade vertiginosa. Com a crescente mecanização da agricultura, o campo não garantia mais a subsistência das famílias. Juntamente com essa multidão de trabalhadores e trabalhadoras sem perspectivas, cresceram as periferias das grandes metrópoles – momento em que surgiu a Cidade Industrial de Curitiba como um polo dinâmico.

O Paraná expandiu-se, em menos de um século, de uma sociedade restrita ao litoral e ao primeiro planalto, e logrou articular todo o território do estado numa

economia sofisticada, razoavelmente industrializada e fortemente baseada na produção agropecuária de exportação.

O PARANÁ DO SÉCULO XXI: FORÇA ECONÔMICA E DESIGUALDADE SOCIAL

Neste embate de progresso e desigualdade, de avanços e contradições sociais, o Paraná chegou na primeira década do século XXI com boa autonomia de infraestrutura, por meio de suas usinas hidroelétricas, a Itaipu e as usinas da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), com integração de rodovias, possibilitando o transporte entre as diversas regiões do estado e com o porto de Paranaguá para escoamento da produção para o mundo. O Paraná construiu uma rede de escolas públicas, institutos de planejamento e pesquisa e uma forte estrutura universitária voltada à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Como resultado desse processo histórico, o Paraná hoje tem 399 municípios. É o quinto estado mais populoso do Brasil e o mais populoso da Região Sul. A agropecuária representa aproximadamente 10% do PIB do estado, a indústria 20% e o setor de serviços representa em torno de 70%. A economia do Paraná é a quinta maior do país, com um PIB de 465 bilhões de reais, equivalente a 6,3% do PIB nacional.

O DESMONTE NEOLIBERAL DO ESTADO

Neste último período de administrações neoliberais, sobretudo na gestão do atual governador, Ratinho Júnior, estamos assistindo ao desmonte progressivo do estado que se faz sentir nos diversos setores da sociedade, seja através da precarização da escola pública, da desvalorização do magistério e do ensino superior e da falta de investimentos em pesquisa.

Enquanto a ciência caminha a passos largos para uma inovação sem precedentes nas áreas da nanotecnologia, na microbiologia, na indústria de medicamentos e na pesquisa de vacinas para enfrentar os novos desafios que vivemos num mundo ameaçado por pandemias, o Paraná caminha no sentido contrário.

Houve uma acelerada regressão do estado como agente do desenvolvimento e de promoção de conquistas sociais. Ao invés de buscar mais igualdade, mais investimento na escola pública, mais investimento no ensino superior público e na saúde pública, o governo adotou um caminho de abandono de tudo o que foi construído nos últimos cem anos, colocando a ganância do interesse privado no centro dos objetivos da gestão.

Vemos isto acontecer na Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Não há investimento na empresa e o preço da tarifa está lá em cima, impactando, principalmente, o consumidor de baixa renda. A gestão do estado está distribuindo lucros para os acionistas, que são alguns empresários brasileiros, americanos e magnatas da Rússia e da China. Temos um dos pedágios mais caros do Brasil. Além disso, o que o estado desenvolve de estrutura não está sendo direcionado em benefício do povo paranaense.

PROJETO DE DESMONTE DO ENSINO E DA PESQUISA

No ensino médio, temos em curso uma iniciativa de viés muito retrógrado, oposta ao ideal sonhado por Dario Vellozo, que é a militarização das escolas. Impondo aos jovens do estado um modelo de ensino hierárquico e autoritário, com a redução da oferta dos cursos de Filosofia, Sociologia e Artes. Uma educação orientada para uma finalidade específica, a qual não garante o desenvolvimento e formação plena dos/das estudantes, assim como não respeita a pluralidade de interesses humanos e dos ramos do conhecimento que o ensino público pode e deve ofertar.

Nos últimos três anos de implementação da proposta no estado, os colégios militares se tornaram ambiente de frequentes violações de direitos dos estudantes, colecionando denúncias de agressões, assédio sexual, ameaças de morte, injúria racial, entre outras violências, que apontam para o que profissionais da educação já alertaram: escola é para quem tem a formação para educar.

O descaso também se expande para o ensino superior: as instituições que foram criadas para fortalecer o desenvolvimento do estado, nossas principais

conquistas, estão sendo relegadas e sucateadas. O desenvolvimento científico e tecnológico das universidades estaduais e federais, nosso principal vetor de emancipação científica e tecnológica, está comprometido, em forte processo de precarização, sem verbas para ampliação e incentivo à pesquisa.

O PARANÁ E A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

Em relação ao ecossistema e ao pacto que todos os estados e nações do mundo deveriam ter com a preservação da natureza e da espécie humana, não há, no Paraná de hoje, respeito ao meio ambiente. Os processos de fiscalização e controle estão sendo progressivamente abandonados e obras com impactos negativos permanentes e irreversíveis ao meio ambiente são realizadas sem qualquer responsabilidade com a nossa Casa Comum.

DO FORTALECIMENTO AO DESMONTE – A DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA DO/NO PARANÁ

O desmantelamento das instituições e o desprezo pela produção cultural tradicional do nosso estado foram evidentes na gestão do governo Ratinho Junior. Haja visto a extinção da Secretaria de Cultura, bem como o desmonte da TV Educativa – agora nominada de Paraná Turismo – que teve o convênio com a TV Cultura revogado e se tornou um espaço de, tão somente, vender as cidades do Paraná como destinos turísticos.

Para além disso, já ficou demonstrada a incapacidade da Superintendência Estadual de Cultura em fazer chegar ao destino os recursos emergenciais do governo federal durante a pandemia.

Ocorre que aquele impulso inicial simbolista, que sonhou uma identidade ao povo do Paraná, e também o projeto desenvolvimentista do pós-guerra, que trouxe riqueza e avanços a todo o território do estado, está sendo frustrado pela sanha de uma elite predatória, entregue aos objetivos do neoliberalismo, que beneficia a poucos, e que age subtraindo direitos ao povo, nas trilhas do autoritarismo.

Escolas são militarizadas, empresas públicas vendidas a troco de nada, a organização sindical é sabotada pelo governo, universidades abandonadas, o planejamento do estado esvaziado com a falta de recursos humanos e financeiros. Não há mais obras estruturantes, o governo faz renúncias fiscais escandalosas que favorecem as grandes empresas e prejudicam os pequenos municípios, enquanto empresas como a COPEL realizam a maior retirada de dividendos da sua história, com mais de 5,5 bilhões de reais nos anos de 2020 e 2021. À riqueza e pujança do Paraná, opõem-se a concentração da renda, que é uma das maiores do mundo.

As elites devoram aquilo que o povo construiu a duras penas, nos últimos cem anos. É chegado o momento em que o estado, na defesa dos interesses da população, retome a capacidade de planejamento e crie as condições estruturais para um novo ciclo de desenvolvimento, com garantia dos direitos e maior igualdade social.

Precisamos de um Paraná que esteja atento ao seu povo, com olhar para o futuro, e que procure reverter a condição de invisibilidade das populações negras, dos povos e comunidades tradicionais e originárias, que respeite as pessoas em todas as idades, que combata de forma eficaz a LGBTIfobia, a misoginia, o capacitismo, o preconceito e o racismo, uma vez que essas violências são desatinos e injustiças que ainda assolam o cotidiano de nossas cidades.

O SONHO DO TROPICALISMO

Hoje a Amazônia respira através de nossos poros, habitantes do Brasil inteiro. Cabe a nós zelarmos pela sua saúde e permanência. O perfume das flores e da floresta nos reúne, assim como a Escarpa Devoniana, com sua ancestralidade geológica e o Aquífero Guarani, nossa maior riqueza natural.

Que o Paraná possa cumprir o destino cifrado em seu nome indígena de grande rio ou rio semelhante ao mar.

Viva a bossa-sa, viva a palhoça-ça-ça!

A DESIGUALDADE NO PARANÁ



SEMINÁRIO

QUARTA FEIRA. 30/6. 19H

A DESIGUALDADE NO PARANÁ



**LIANA
CARLEIAL**

Economiista, professora da UFPR
e ex-secretária de Administração
Pública de Curitiba.

DESIGUALDADE NO BRASIL



**WILLIAM
NOZAKI**

Economiista, professor da FESPSP
e coordenador do Centro de Altos
Estudos da Fundação Perseu
Abramo (FPA)



O primeiro seminário do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 30 de junho de 2021, às 19 horas. O convidado William Nozak (coordenador do Centro de Altos Estudos da Fundação Perseu Abramo e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) não pôde comparecer ao evento e foi substituído por Eduardo Tadeu Pereira, ex-prefeito de Várzea Grande (SP), professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e um dos diretores da Fundação Perseu Abramo. Pelo Paraná, a convidada foi a professora Liana Carleial da Universidade Federal do Paraná, pesquisadora do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania, e presidente do Instituto Municipal de Administração Pública de Curitiba (2013/2016). Os debates foram mediados por Carlos Carboni,

vice-prefeito de Capanema/PR (1997/2004) e chefe de gabinete da Casa Civil (2011/2014).

Eduardo Tadeu Pereira apresentou o Plano de Reconstrução do Brasil, elaborado pelos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs) e pelo Centro de Altos Estudos da Fundação Perseu Abramo. O texto a seguir apresenta um resumo da sua apresentação:

Nos governos Lula e Dilma, o estado brasileiro havia recuperado sua função histórica de coordenador do setor econômico, planejando e realizando grandes investimentos, e induzindo políticas de crescimento e distribuição de renda. Isso foi desarticulado pela política neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro, que engessou os gastos e investimentos do estado com a Emenda Constitucional (EC) 95/2016. Em plena crise econômica e sanitária, viu-se a incapacidade do governo de reagir e fomentar a atividade econômica. O Estado deveria ter aumentado seu consumo, gastos e investimentos, mantendo a economia aquecida. Mas o que ocorreu foi o contrário, e nada foi feito para evitar uma queda do PIB de 4,1% em 2020.

A saída da recessão mundial passa por uma forte participação do Estado, como se vê na China, que possui uma economia de mercado bastante controlada pelo Estado, e também nos EUA, onde o presidente Joe Biden vem aumentando os gastos públicos nas áreas social e econômica.

O neoliberalismo ou ultraliberalismo, que aposta todas as suas fichas no mercado e vem promovendo o desmonte do Estado brasileiro, está empobrecendo a população. No Brasil, em junho de 2021, o desemprego é de 14,7%. A pobreza extrema atinge 27 milhões de pessoas. Estima-se que no ano de 2020 mais de 900 mil micro e pequenas empresas tenham fechado as portas. O povo tem dificuldade para adquirir insumos básicos para a sobrevivência, como bujão de gás. “O Mercado é bom para os ricos, pobre precisa mesmo é de Estado”, ressaltou Pereira.

A EC 95/2016, que institui chamado o teto de gastos, congelou o investimento e os gastos governamentais no nível do orçamento de 2017, imobilizando o Estado brasileiro. Desde o golpe de 2016, não houve aumento das despesas

empenhadas em saúde. Na educação, o orçamento do MEC caiu de 126 bilhões em 2014 para 114,7 bilhões em 2021. As despesas discricionárias com moradia de interesse social caíram de 20,27 bilhões em 2014 para 1,77 bilhões em 2021, representando o fim do bem-sucedido programa Minha Casa Minha Vida. O estado neoliberal não favorece o desenvolvimento econômico, nem propicia a distribuição da renda. A vida do povo piorou.

Neste cenário, a conjuntura política nacional pós-golpe de 2016 sofreu uma reviravolta. Pereira afirmou que “o consórcio golpista que deu sustentação à vitória de Bolsonaro está se desmontando com a aceleração da crise sanitária e econômica”, e o governo Bolsonaro já não conta mais com o apoio da direita de Trump, nem com o lavajatismo, que perdeu força política. Moro foi declarado juiz suspeito. Por outro lado, Lula teve seus direitos políticos restituídos. Essa conjuntura, aliada ao diagnóstico de desmonte do Estado, aponta para a necessidade de um Plano Emergencial, que possa dar conta dos efeitos nefastos da maior crise econômica e sanitária da história da república.

Esse Plano Emergencial, que integra Plano de Reconstrução do Brasil, prevê várias medidas, sempre tendo como norte uma participação maior do Estado em todas as áreas. Na economia, essas medidas seriam:

- a. Investimentos e retomada de obras públicas (PAC e MCMV);
- b. Antecipação dos investimentos das concessões existentes;
- c. Financiamento emergencial para empresas;
- d. Garantia de repasses de recursos federais para estados e municípios;
- e. Revogação do Teto de Gastos.

Além de um Plano Emergencial, a Perseu Abramo preparou um Plano Estrutural, que integra o Plano de Reconstrução do Brasil. Divididos em cinco eixos, esse plano buscará promover: (i) Desenvolvimento Social e um Novo Período de Afirmação de Direitos; (ii) o Desenvolvimento Sustentável e a Transição Ecológica para o Século XXI; (iii) o Desenvolvimento Econômico e a Transformação Social, Produtiva e Ambiental; (iv) a Soberania Nacional e a uma Nova Inserção do Brasil no Mundo; e (v) a Radicalização da Democracia e Refundação do Estado. Esses eixos encontram-se detalhados no Plano de Reconstrução do Brasil.

Liana Carleial, circunscrevendo sua fala ao tópico “Democracia, diversidade e direitos humanos”, discorreu sobre as características singulares do Paraná e de Curitiba, que fazem desses lugares obstáculos sociopolíticos a um movimento de ruptura com a ordem estabelecida no pós-golpe de 2016. A seguir, um resumo de suas reflexões:

O Paraná, e em especial Curitiba, possui muita dificuldade de lidar com democracia, diversidade e direitos humanos. Num contexto de atraso, para não dizer ausência total, de vacinas ou do processo de vacinação contra COVID-19, não se verificou no Paraná uma reação social e política à altura do problema. E tendo em conta o que foi dito anteriormente sobre a necessidade premente de “reconstrução do Brasil”, a ausência de reação forte da sociedade paranaense é expressiva de suas características socioculturais. Carleial vê “o estado do Paraná e a cidade de Curitiba como empecilhos a essa retomada. Nós vamos precisar de um governo de ruptura”.

Talvez a formação social do Paraná, com uma colonização que inclui pelo menos 27 etnias, possa explicar um pouco a “apatia” do paranaense com relação ao momento político pelo qual estamos passando e certa adesão aos valores tradicionais.

Curitiba sofreu de forma muito efetiva os efeitos da Operação Lava Jato. Tratada como um escândalo, para além dos resultados políticos que a operação buscava, ela serviu para fortalecer e ampliar a disseminação dos valores conservadores de uma elite que representa a concentração de renda e a desigualdade. Com efeito, o escândalo pode ser tratado como uma categoria sociológica, e desde 2002 nós vivemos sob a égide de constantes escândalos, que não só encurralam politicamente o setor progressista, mas reforçam valores conservadores.

Um dos elementos mais nefastos da propaganda da Lava Jato foi a imagem daquele duto com dinheiro vazando, exposta diariamente no Jornal da Globo. Quando a CUT e o DIEESE produziram aquele estudo demonstrando as perdas que a Operação Lava Jato gerou ao Brasil, isso deveria ter servido de antídoto, de contraposição simbólica ao escândalo. Mas nós não conseguimos articular esse nível de contraposição e esclarecer a população.

No Paraná, existem 90 quilombos e 25% da população do estado é negra. A partir de 2022 será necessário envolver, de forma mais ativa, a população na elaboração e realização de políticas públicas. Carleial afirmou ter uma posição otimista. “A questão dos direitos humanos será transversal a toda e qualquer política que esse país faça. Como fazer isso no Paraná?”

A esse perfil conservador no Paraná há uma exceção, que são os jovens. Durante o processo de ocupação das escolas secundaristas, em 2016 (foram mais 330 escolas ocupadas), o Paraná foi praticamente pioneiro no Brasil.

Será necessário intensificar o processo democrático, fortalecendo os conselhos e a participação popular, se quisermos garantir a transversalidade de diversidade e dos direitos humanos em nossa democracia.

O NEOLIBERALISMO E A DEMOCRACIA

2º SEMINÁRIO NEPP-PR
PARANÁ - O NEOLIBERALISMO E A DEMOCRACIA
PARANÁ - FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

4/8 - 19H

MEDIAÇÃO

Isabel Limongi
 Professora da UFPR,
 doutora em filosofia
 pela USP

Márcia Lopes
 Ex-ministra do
 desenvolvimento
 social e combate
 à fome

**Dr. José Henrique
 Rollo Gonçalves**
 Professor da UEM,
 doutor em história
 pela UFRJ

TRANSMISSÃO
 AO VIVO PELA
 TV PT PARANÁ

NEPP-PR

25 ANOS
 BRASÃO
 1994-2019
 25 ANOS
 BRASÃO
 1994-2019

O segundo seminário¹ do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 04 de agosto de 2021, às 19 horas. Os convidados a falar sobre neoliberalismo e democracia foram Isabel Limongi, doutora em filosofia e professora da Universidade Federal do Paraná, e José Henrique Rollo Gonçalves, doutor em história e professor da Universidade Estadual de Maringá. A condução do seminário e mediação do debate ficou a cargo de Márcia Lopes, ex-ministra do Desenvolvimento social e combate à fome.

1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nk3Rw9fYnc0>.

Isabel Limongi inicialmente discorreu sobre o conceito de neoliberalismo, tendo como base a discussão proposta pela filósofa estadunidense Wendy Brown nos livros *Desfazendo o Demos* (2015) e *Nas Ruínas do Neoliberalismo* (2019), e pelos filósofos franceses Pierre Dardot e Christian Laval no livro *A Nova Razão do Mundo* (2016), os quais, por sua vez, referenciam os cursos de Michel Foucault, ministrados no Collège de France nos anos de 1978/1979.

Para esses autores, o neoliberalismo não se resume ao Estado que se retira de cena, deixa o desenvolvimento econômico a cargo do mercado, e se desincumbe do papel de distribuir riqueza e produzir justiça. O neoliberalismo não é apenas uma política econômica, simbolizada pela privatização do que antes fora um bem de valor público. O neoliberalismo é bem mais que isso, é uma forma de pensar, uma inteira gramática ou racionalidade para o vocabulário que ele próprio mobiliza, um procedimento de valorização e legitimação de práticas, e também uma forma de subjetivação, uma maneira pela qual os sujeitos se formam, compreendem a si próprios e projetam suas vidas e se deixam governar, uma forma de racionalidade, enfim, que submete todas as esferas da vida e permeia todos os campos da nossa experiência, expressa na lógica econômica da competição. O neoliberalismo transforma o sujeito de direito em capital humano.

O campo social, embora produza formas de dominação e opressão, é o lugar, por excelência, da igualdade democrática que, por sua vez, é o fundamento da democracia. A democracia, portanto, na medida em que é o estado social igualitário, requer o contínuo cuidado com a igualdade, o cultivo da sociedade em meio às nossas diferenças. No contexto do capitalismo moderno, o Estado tem um papel a cumprir na produção e defesa de uma sociedade igualitária. Mas, e aqui está a ideia de Wendy Brown que Limongi propõe que seja retida para a compreensão do neoliberalismo no Brasil: a racionalidade liberal destrói o social no conceito e na prática, substituindo-o pelo indivíduo e pela família. Desse modo, gera uma cultura não democrática que prepara o terreno para o advento de um estado não democrático. Portanto, o neoliberalismo envolve a ideia de corrosão, de dismantelamento da sociedade.

O Estado tem um papel importante a cumprir na coesão do tecido social, que envolve um conjunto de vínculos afetivos, morais, religiosos e econômicos, em-

bora também de dominação e poder. O Estado toca o tecido social com uma unidade simbólica e faz desse tecido um corpo. Dá-lhe unidade. Sendo assim, é um fator de corrosão social que o estado não consiga se oferecer como representante, como um signo dessa unidade social. E esse, diz Limongi, me parece ser o caso do Estado brasileiro, que se apresenta e é visto como violento, corrupto, oligárquico, arbitrário, autoritário, burocrático e coercivo. A racionalidade liberal, ao dismantelar o tecido social, coloca o indivíduo e a família atomizada como núcleo de desenvolvimento e educação do regime do Estado brasileiro.

O bolsonarismo se fundamenta no dismantelamento do tecido social, na descrença, bastante justificada, que se tem no Estado brasileiro. E deve ser visto como reflexo atual da sociedade brasileira. Assim, aquele movimento que já animou a sociedade brasileira, o pensar democrático que nela brotou, se realizou nas estruturas do Estado e institucionalizou-se na Constituição de 1988, perdeu fôlego e refugio. Agora é preciso reanimar esse movimento.

Isso não pode ser feito a partir do Estado, na forma de imposições legais e diretrizes administrativas. Não é possível realizar um projeto democrático de país sem ir à sociedade, sem ouvi-la, sem criar espaço público, lugares de encontro, de ação comunitária, de produção de cultura, de reflexão política e social, que é diferente de conscientizar ou fazer trabalho de base. Trata-se de juntar as pessoas num lugar que não seja apenas a igreja e deixar que ações coletivas brotem daí, deixar que a política aconteça para que as pessoas sintam-se parte da sociedade sobre a qual a estrutura formal do Estado trabalha e se projeta.

É necessário resgatar o Estado como instrumento de coesão simbólica do corpo social, que foi dismantelado pelo neoliberalismo. Como se faz isso?

José Henrique Rollo Gonçalves trouxe à reflexão alguns pontos que, a seu ver, ajudam a compreender a história do Paraná.

O primeiro elemento diz respeito à forma de ocupação do Estado. Ao contrário da narrativa típica dos livros escolares que contam como o Paraná foi sendo ocupado do litoral para o interior, cuja ocupação foi impulsionada mais recentemente por companhias de colonização, é importante pensar considerando

a existência de populações indígenas que foram sistematicamente apagadas, eliminadas dessa narrativa, e ainda hoje permanecem reivindicando seus direitos. Há que se pensar, portanto, a história do Paraná a partir da existência dessas populações, que foram não só negadas como personagens da história, mas negados como seres dotados de direito hoje.

Há efeitos cognitivos e atitudinais que advêm desse modo de contar a história que merecem atenção. A história paranaense foi etnicizada já no começo do século XX e ela assim permanece no ensino escolar. Uma história que se ocupa em distinguir algumas etno-nacionalidades bem-sucedidas, e que, com muita frequência, contém valores e uma determinada avaliação de um perfil atitudinal ideal dessas populações. Assim, os alemães teriam tais características, os italianos tais, os poloneses outras etc., até chegarmos aos quilombolas, aos indígenas, aos caboclos, aos povos dos faxinais, que ficam quase destituídos de algum valor positivo. O Paraná, assim como Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, é pródigo em narrativas históricas centradas em determinados perfis idealizados de grupos de imigrantes. Muitos desses imigrantes foram, não há dúvidas, trabalhadores áduos que venceram obstáculos naturais, mas com muita frequência contaram com o apoio governamental que negros escravizados, indígenas e caboclos jamais tiveram.

Um segundo ponto a considerar-se é que o processo de ocupação do Paraná foi feito a partir do monopólio da terra e de uma monopolização continuada da terra. A instituição das ocupações coloniais, sobretudo as de iniciativa de companhias de colonização agraciadas com muita terra e pouco custo para ocupação dessa terra, foi uma estratégia para expropriar as comunidades indígenas e quilombolas pré-estabelecidas, passando a negar o uso da terra a quem não a tinha como propriedade.

Como terceiro ponto, importa dizer que o Paraná é interessante por dramatizar a constituição e fracasso do pacto federativo neste país. Ao observar como as disputas territoriais com Santa Catarina e São Paulo, assim como a demarcação da fronteira com a Argentina na região de Foz de Iguaçu, vê-se como a definição desse território se deu para atender os interesses de grupos locais que visavam à expropriação da terra. Aliás, é significativo que a definição da fronteira com San-

ta Catarina tenha ocorrido no contexto da talvez mais importante guerra civil do Cone-Sul, a Guerra do Contestado, que se deu num processo de expropriação da terra da classe trabalhadora rural em favor de investidores estrangeiros do setor ferroviário e de fazendeiros da região do vale do Iguaçu.

Nesse marco, é significativo que em 2016, ano do golpe, não tenha sido possível debater outra mirada sobre o Contestado, cem anos após o seu término. Assim como é muito significativo que em 2016 tenha havido parlamentares falando sobre o fim do salário rural, propondo formas de escambo e remuneração salarial sob a forma de produtos, enfim, formas pré-capitalistas cujos propositores só faltaram propor a revogação da lei áurea.

Por fim, há que se considerar a existência de uma elite empobrecida intelectualmente e sem projeto para o Paraná. Na República Velha, o mate era o terceiro produto de exportação do Brasil, e não há uma linha sequer em livros de história do Brasil sobre a economia do mate. A elite paranaense, de tão paroquiana, escondeu sua própria história porque, a final de contas, a economia do mate em vários aspectos foi uma revolução industrial, com engenhos sofisticados do ponto de vista técnico. Mas o que sobressaiu foi o aspecto predatório do meio ambiente, que deriva no modelo agroexportador do consórcio da soja e do milho.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E NEOLIBERALISMO



3º SEMINÁRIO NEPP-PR
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
NEOLIBERALISMO**

QUARTA
18/8
19H

Marcio Pochmann
 Ex-presidente da
 Fundação Perseu
 Abramo

Roberto Amaral
 Ex-ministro da
 Ciência e Tecnologia

MEDIADORA

Lygia Pupatto
 Ex-secretária de Ciência
 e Tecnologia do Paraná

**Sérgio Carlos
de Carvalho**
 Reitor da Uel

Carlos Aleixo
 Ex-reitor da
 UNESPAR

TRANSMISSÃO
 AO VIVO PELA
 TV PT PARANÁ

NEPP-PR

Paraná
 GRUPO DE TRABALHO ELEITORAL

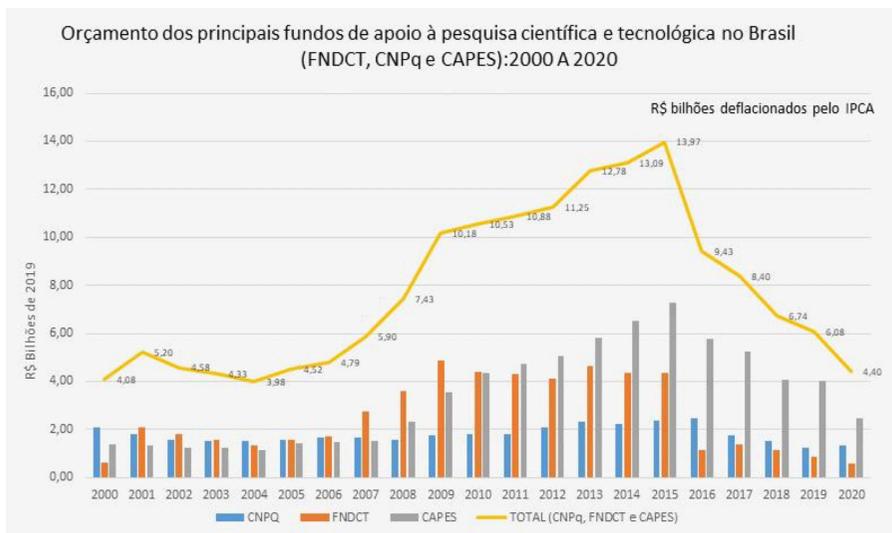
FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo

O terceiro seminário² do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 18 de agosto de 2021, às 19 horas. Para tratar do tema “Ciência, Tecnologia e Neoliberalismo”, foram convidados Roberto Amaral, ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Márcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação Perseu Abramo, Sérgio Carlos de Carvalho, reitor da Universidade Estadual de Maringá e Carlos Aleixo, ex-reitor da Universidade Estadual do Paraná. A condução e mediação dos debates estiveram a cargo de Lygia Pupatto, ex-secretária de Ciência e Tecnologia do Paraná.

2. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IW6iz6xD5k&t=74s&ab_channel=%C3%A1.

Roberto Amaral discorreu sobre a crise da ciência e tecnologia no Brasil, argumentando tratar-se de um projeto consciente e consistente de desmonte do Estado. Um projeto de construção de uma nação condenada a ser potência subalterna na periferia do capitalismo. Esse projeto é possível porque temos uma burguesia que traiu o Brasil, pois não é nacional, e Forças Armadas que se constituíram e se movimentam em função da defesa da ordem, e não dos interesses nacionais.

Um país que abdica de sua autonomia não precisa de Forças Armadas, nem de indústrias, nem de ciência e tecnologia. E não há país desenvolvido que antes não tenha se industrializado. E não há indústria sem ciência e tecnologia. Em 1986, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro era de 27,3%. Em 2019, era de apenas 10,4%. Nesse longo processo de desindustrialização do Brasil, o governo Bolsonaro representa o auge da desarticulação das políticas de ciência e tecnologia, que favorecem a industrialização e o desenvolvimento.



FONTE

Há que se analisar o orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica, de que nós dispomos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (CAPES), que constituem a arquitetura que vem sendo montada desde os anos 1950 e são responsáveis pelos avanços que tivemos até aqui na pesquisa, no desenvolvimento científico, na educação.

Como se vê no gráfico, os investimentos começam a crescer em 2004 e encontram seu ápice em 2015, e desde então vêm caindo. No auge, o total era de quase 14 bilhões de reais. Em 2020, foi de 4,40 bilhões de reais, quase todos para pagamento de pessoal. Com tal nível de orçamento, não há desenvolvimento científico possível neste país.

No mesmo sentido, ocorreu uma drástica redução do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia na última década. Em 2010, o orçamento foi de 9,85 bilhões de reais. Em 2021, foi de 2,70 bilhões. Uma redução de mais de 70%.

A política de dieta de recursos financeiros à área de ciência e tecnologia, embora seja em si mesmo um fato significativo, revela, e aqui deve estar nossa atenção, um fato que está atrás, que lhe é anterior, e é a política do projeto de destruição do Estado brasileiro e em sua capacidade de desenvolver um setor tecnocientífico que favoreça a pesquisa, o desenvolvimento e a industrialização com tecnologia. Esse projeto tem o apoio da elite econômica, das Forças Armadas e, a julgar pelas pesquisas de opinião que se leem por aí, conta com apoio de 25 a 30% da população brasileira. Este é o grande desafio: nós não venceremos se não nos prepararmos para a ruptura.

Márcio Pochmann, anuindo o diagnóstico de Roberto Amaral, e dele partindo, propôs-se a lançar luzes sobre um olhar para frente, tendo a perspectiva histórica como base de apoio. A seguir, um resumo de sua reflexão.

Estamos vendo um grande momento na história nacional, a chegada de uma nova época, a transição para um outro momento histórico. Essas mudanças são sempre relevantes, pois estão fundamentadas numa profunda alteração da ordem econômica e afetam todas as relações sociais e políticas, transformando a correlação de forças no país.

Tome-se como exemplo o Brasil em 1880, que ao longo da década marcou o abandono de um modo de produção não capitalista, mercantil, permeada pela

luta dos abolicionistas, que, sem dúvidas, não buscavam somente a libertação dos escravos, mas a integração de uma nova sociedade, de uma grande classe camponesa. E, ao mesmo tempo, uma integração que se favoreceria da universalidade do acesso à escola, tendo a língua portuguesa como referência, em contraste com o tupi-guarani, que era o idioma mais falado à época.

O mesmo se pode falar da década de 1930, que muda a “época” do país. É outro país que se constitui, de certa maneira, pois passa de uma sociedade rural e agrária para outra urbana e industrial. Antes dessa transformação, quase 90% da população morava no campo, mais de 80% da população era analfabeta, e a expectativa média de vida era ao redor de 34 anos de idade. As consequências dessa transformação econômica puderam ser vistas na década de 1970, quando o PIB brasileiro representava 3,2% do produto mundial. Em 1930, era 1,2%.

Está em curso um processo de profunda mudança de época. E nesse cenário há dois elementos que devem ser levados em consideração.

O primeiro é o deslocamento do centro dinâmico do Ocidente para o Oriente. O agigantamento da China nos coloca uma oportunidade muito diferente da que nós tínhamos em 2003/2004, em que se deve considerar uma reaproximação com os BRICS. A China tem acordos comerciais com 190 países. O aumento de sua presença e relevância no cenário internacional apresenta uma oportunidade de época. Nesta década, veremos o fim do uso do dólar como moeda de pagamento, o fim do sistema *swift* de pagamento das trocas comerciais. A expansão da tecnologia 5G irá terminar com o monopólio dos Estados Unidos na configuração da internet, eliminando a necessidade da Internet Assigned Numbers Authority (Iana) que confere números de Internet Protocol (IP) a todo aparelho conectado.

O segundo elemento nesse processo de mudança de época é a transição para uma economia digital, que a pandemia apenas antecipou. Isso impactará, por exemplo, no custeio da gestão dos governos de todas as esferas. A digitalização elimina a necessidade da presença física da pessoa. O Congresso Nacional poderia favorecer-se de sessões *on-line*, com poucos encontros anuais, como ocorre na China, onde há apenas três sessões ordinárias por ano. Com isso, re-

duziriam-se gastos com transporte, moradia etc. dos parlamentares. Os Poderes Legislativo e Judiciário talvez pudessem reduzir à metade seus orçamentos, pois grande parte do gasto é com custeio. O mesmo pode ocorrer nas áreas de educação e saúde. São transformações que alteram, inclusive, a geografia imobiliária das cidades.

Portanto, ao pensar a educação, a ciência e tecnologia para uma possível gestão do PT, não se deve partir do pressuposto que devemos voltar ao passado, deve-se, isto sim, fazer uso das ferramentas que temos hoje para dar passos melhores.

E há que se lembrar que apesar do aumento progressivo, nos governos petistas, do orçamento com ciência e tecnologia, não houve diminuição do gasto nacional com importação de tecnologia. E houve também o acirramento do chamado capitalismo acadêmico, com proliferação de artigos publicados em revistas internacionais, cujo objeto está totalmente desconectado das necessidades do país. Neste sentido, será importante e desafiador poder favorecer o investimento em pesquisa que esteja mais conectada com o setor produtivo nacional.

Sérgio Carvalho tratou, em síntese, da necessidade de aumento do gasto público estadual na área de pesquisa, ciência e tecnologia. A pesquisa em ciência e tecnologia ocorreu dentro das universidades públicas brasileiras, que são um grande e poderoso instrumento social. É necessário ampliar o investimento público com essas instituições. O investimento em pesquisa, ciência e tecnologia deve ser público porque o investimento privado, neste momento de dupla crise – econômica, desde 2008, ainda em curso, e sanitária, com a pandemia de COVID-19 – não o fará, e porque o investimento público gera externalidades que afetam toda a região em que os recursos são alocados. As universidades estaduais paranaenses, conhecidas e respeitadas nacionalmente, surgiram a partir de demandas regionais e podem servir como instrumentos de desenvolvimento da região em que estão, mas para isso é necessário aumentar os gastos e investimentos públicos na área.

Carlos Aleixo, tratando do contexto estadual, pontuou que o governo Lerner, iniciado em 1994, marca o início de uma política neoliberal no Estado do Paraná, o que afetou diretamente as universidades estaduais. A luta naquele momento

era para evitar a privatização das universidades. No período Requião, que coincidiu com os governos Lula, houve um fôlego, com contratação de pessoal, tratamento republicano e aumento de recursos para custeio.

Os governos subsequentes, de Beto Richa (2011/2018) e Ratinho Jr. (2019/2021) são altamente destrutivos, com terceirizações, desvalorização do servidor público e tentativa de subordinar o ensino público aos interesses empresariais. Não há reposição orgânica e organizada de pessoal desde 2012, o que gerou o aumento expressivo do quadro de professores temporários, os quais, por sua vez, sofreram redução dos salários a partir de 2016.

Em 2013 o orçamento das universidades estaduais era de 1,84 bilhões de reais. Em 2016, chegou a 2,85 bilhões de reais e em 2020 retornou a 1,75 bilhões de reais. Na prática, houve um retorno aos valores de 2013. No período, o gasto com custeio das universidades estaduais caiu de 123 milhões de reais para 79 milhões de reais. Isso mostra a estagnação do sistema de educação público estadual.

Os eixos de ação, ou investidas de um eventual novo governo progressista no Paraná, serão, a seu modo de ver, dois: propiciar aos jovens da periferia educação universitária presencial (em contraposição à educação à distância oferecida pelas faculdades particulares) e realizar um projeto de educação superior para a população do campo. A reposição de professores e de pessoal também é importante para recuperar as universidades estaduais.

SEGURANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA

4º SEMINÁRIO NEPP-PR

SEGURANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA



Benedito Mariano

Mestre em Ciências Sociais com vasta atuação na área de Segurança Pública desde a década de 1990



Pedro Bodê

Sociólogo, coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos na UFPR

MARIAÇÃO



Maria Nysa Moreira Nanni

Delegada da Polícia Civil do Estado do Paraná; Conselheira do COPED, atual coordenadora do Movimento Policiais Antifascismo no Paraná

QUARTA

22/9

19H

TRANSMISSÃO
AO VIVO



TV PT PARANÁ



NEPP-PR



PT Paraná

GRUPO DE TRABALHO ELEITORAL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo

O quarto seminário³ do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 22 de setembro de 2021, às 19 horas. Para tratar do tema “Segurança Pública e Democracia”, foram convidados o professor Pedro Bodê, sociólogo e coordenador do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná e Benedito Mariano, mestre em Ciências Sociais, com vasta atuação na área de segurança pública desde a década de 1990. A condução e mediação dos debates estiveram a cargo de Maria Nysa Moreira Nanni, delegada

3. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WQyG4EbSnGc&ab_channel=PTParan%C3%A1.

da Polícia Civil do Estado do Paraná e coordenadora do Movimento Policiais Antifascismo no Paraná.

Pedro Bodê relembrou que quando o PT começou a elaborar um plano de segurança pública, o tema da desmilitarização das polícias era parte fundamental do programa. Mas os governos Lula e Dilma, devido à amplitude da coalisão que lideravam, nada ou pouco puderam fazer. Mantida a estrutura militarizada das polícias no pós-ditadura, passamos a ser dela vítimas.

Em nível estadual, o problema mais urgente é a militarização do ensino público, que militarizou mais de duzentas escolas por todo o estado. Essas escolas vêm apresentando diversos problemas, como violência, assédios etc. E apesar dessas dificuldades apontarem para a futura falência do modelo, as escolas cívico-militares têm produzido uma espécie de militarização da subjetividade dos jovens de nossa sociedade. Isso hoje, no Paraná, é certamente o nosso maior desafio. Educação não é problema policial. A polícia não deve cuidar de disciplina em escola. Devemos extinguir esse modelo e cessar a militarização de nossa subjetividade.

Pedro Mariano apresentou suas contribuições na área de segurança pública para um eventual plano de governo do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2022. Antes, porém, arrazoou que nos governos petistas anteriores a agenda de segurança pública não foi uma prioridade e praticamente todos os pontos levantados em 2002 ainda estão presentes hoje em dia. Eis um resumo de sua apresentação.

No plano das reformas constitucionais será necessária a desmilitarização das polícias. Do ponto de vista constitucional, desmilitarizar significa que as polícias militares deixem de ser força auxiliar e reserva das Forças Armadas. E é possível tratar politicamente da necessidade de reforma constitucional sem usar o termo desmilitarização. No processo de democratização do Estado, foi editado o Decreto Federal 88.777 de 1983, conhecido como R-200, que regulamenta a ascensão militar sobre as polícias estaduais. Segundo tal normativa, ainda vigente, cabe ao Exército Nacional exercer o controle e coordenação das polícias militares do país, através da Inspeção Geral das Polícias Militares, que hoje é

dirigido por um general. Aos governadores dos estados, cabe orientação e planejamento. As polícias militares, portanto, têm dois comandos, um do Exército, e outro dos governadores. Há que reformar esse sistema para que as polícias se subordinem apenas aos governadores.

Ainda no horizonte de uma reforma constitucional, outro ponto necessário de ser revisto é o instituto do inquérito policial. O Brasil é um dos poucos países do mundo em que as polícias indiciam pessoas. O instituto do inquérito policial foi criado em 1871, na reforma judiciária do Império e permanece praticamente da mesma forma no século XXI. Esse instituto burocratizou a função principal da polícia civil, que é investigar.

Outro princípio importante a ser tratado num eventual governo petista é o ciclo completo da atividade policial. No mundo inteiro, polícia é a junção de investigação e policiamento ostensivo. No Brasil, há uma cisão, de forma que há meias polícias. Essa estrutura, reforçada na Constituição Federal de 1988, precisa ser revista.

O governo federal tem que ser o indutor das grandes reformas constitucionais na área de segurança pública, criando uma comissão especial envolvendo os governadores, o parlamento e a sociedade civil, incluídos aí os trabalhadores policiais, para visitar e revisar os pontos fulcrais do sistema de segurança pública. A transição democrática não logrou alterar esse sistema anacrônico, autoritário e antidemocrático.

Na esfera dos governos estaduais, há reformas a serem feitas no sentido de criar uma polícia democrática, cidadã e antirracista.

A questão do racismo precisa ser tratada como uma questão de segurança pública e um tema especial para debate com as polícias militares. As vítimas da violência policial são negros, pobres e jovens. A cultura do capitão do mato está presente em nossas instituições policiais.

Importante citar outras medidas em nível estadual:

- Mudança no regulamento disciplinar da Polícia Militar, com a participação dos policiais, no sentido de dotá-lo de um caráter civil;

- | Maior controle da força letal (atenção à justificativa de fundada suspeita);
- | Dar autonomia à Corregedoria da Polícia Militar, desvinculando-a do Comando;
- | Tratar o Corpo de Bombeiros como instituição civil, pois afeta exclusivamente à defesa civil;
- | Ouvidorias autônomas e independentes de todas as polícias, inclusive a Polícia Federal;
- | Criação de órgãos integrados de informação e inteligência, envolvendo as polícias civil e militar, para controlar as atividades do crime organizado, e não para vigiar movimentos sociais;
- | Programa integral de saúde mental das polícias (o nível de suicídio entre policiais é quatro vezes maior que na população em geral);
- | Transparência no processo de ascensão na carreira em ambas as polícias;
- | Grupo unificado de mediação de conflitos;
- | Instituição de um piso estadual salarial que garanta remuneração digna aos trabalhadores da área de segurança.

Todas essas reformas devem ser feitas com a participação ativa dos policiais, tendo como norte o valor universal da dignidade humana.

EDUCAÇÃO BÁSICA E O NEOLIBERALISMO

O quinto seminário⁴ do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 06 de outubro de 2021, às 19 horas. Para tratar do tema “Educação Básica e Neoliberalismo”, participaram do debate Selma Rocha, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, e Cleiton Denez, doutor em Geografia pela Universidade de Maringá e secretário executivo educacional da APP Sindicato. A condução e mediação dos debates estiveram a cargo de Vanda Santana, professora de História e integrante do Setorial de Educação do PT/PR.

Selma Rocha, estruturando sua reflexão no pensamento dos sociólogos franceses Christian Laval e Pierre Dardot, argumentou que não estaríamos vivendo sob o liberalismo dos anos 1990, em que a lógica estabelecida era de reduzir o papel do Estado pura e simplesmente. Vivemos algo mais complexo, em que a redução do Estado é sim para as maiorias sociais – trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, indígenas e setores excluídos da sociedade – mas num contexto em que as instituições do Estado estão tomadas para atender o capital financeiro. Nunca no Brasil vivenciou-se uma época como a atual, no que concerne à amplitude das instituições do Estado a serviço do capital financeiro. E tendo esse cenário em perspectiva, é necessário compreender o que está ocorrendo com a educação.

Um conjunto de reformas que ocorreu em todo o mundo a partir da década de 1990, com relação à liberalização do câmbio, à privatização do setor bancário e à abertura dos mercados financeiros, fez com que o processo de concentração

4. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rkeeNdF6p2g&t=99s&ab_channel=PTParaná%3%A1.

do capital se estabelecesse com muita força. E fez também que cada vez mais os Estados nacionais, para financiarem suas dívidas públicas, recorressem aos ditos credores internacionais. Assistimos hoje uma oferta de crédito e uma concorrência na administração do crédito. E essa questão da dívida pública é muito importante para entender o Brasil e o próprio golpe.

O golpe não foi dado, obviamente, em razão de qualquer erro da presidenta Dilma. Ele ocorreu para evitar a ampliação do papel do Estado em relação às maiorias, isto é, o aumento do gasto público em benefício dos mais pobres, incluídos aí os gastos em educação.

Outro elemento importante sobre o sistema financeiro contemporâneo é que ele se autonomizou do setor produtivo e das trocas comerciais. E essa autonomização, em certa medida, submete os estados nacionais.

Neste contexto, então, de grande volatilidade de capitais, que se favorecem da tecnologia, como as grandes empresas têm funcionado? Elas se apoiam em fundos de investimento e possuem bancos. E no âmbito da educação isso explica o processo e a forma em que se dá a atual mercantilização da educação no Brasil, que não difere do que ocorre no resto do mundo.

Depois do golpe de 2016, vê-se o movimento muito profundo em direção à oferta da educação de 04 a 17 anos, que é obrigatória, e uma disputa muito forte pelos 170 bilhões de reais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que se tornou numa espécie de mercado futuro do setor privado da educação.

A relação atual com o setor privado da educação é muito diferente do que ocorreu anteriormente. Não se está diante de um mero quadro de pressão para aumentar os gastos com serviços ou material didático, ou ampliação de bolsas de estudo em instituições privadas. O que está ocorrendo é muito pior que isso e tem origem com o aumento das matrículas nas instituições privadas e das consultorias dos grupos econômicos aos sistemas municipais e estaduais de educação, favorecidos pela nova regulamentação no período do governo FHC, em especial o Decreto 2207 de 1997.

Desde 2003 já identificávamos a pressão de grupos como Santillana, Positivo e Pearson – que é a maior empresa de serviços educacionais do mundo – para prestar consultoria nas redes municipais de ensino, disputando diretamente com as orientações do governo central. Ocorre que a partir do golpe de 2016, assistimos um processo muito intenso de concentração e fusão de empresas. Dos 8 grandes grupos da área de educação, 5 abriram capitais em bolsas de valores, tanto da Bovespa quanto da Nasdaq. Esses grandes grupos estão comprando faculdades e empresas educacionais, diversificando seus serviços e construindo conglomerados que querem entrar nas escolas via plataforma e venda de materiais – o que foi facilitado pela pandemia.

E tudo isso tem como centralidade, como instrumento de organização, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA – *Programme for International Student Assessment*), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Se não houver reação agora, a situação vai ficar muito difícil porque esses grupos orientam a mobilidade de seus capitais tendo a BNCC e o PISA como referências. Mas são capitais de empresas que não possuem nem afinidade nem compromisso com a educação, tampouco com a soberania nacional. A BNCC é um instrumento de redução do acesso ao conhecimento das classes trabalhadoras, que obstrui o acesso à língua, à ciência e à reflexão, pois se guia pelo desenvolvimento de competências.

Há no Paraná, porém, outro processo que pesa sobre a educação, que é a militarização das escolas públicas. De fato, o que está ocorrendo no Paraná é um simulacro do que se pretende fazer em todo o Brasil.

A militarização das escolas é parte do projeto de controle das maiorias sociais do Estado brasileiro. Como um desdobramento do movimento “escola sem partido”, a criação das escolas cívico-militares consiste na aplicação do projeto político da extrema-direita internacional de combate àquilo que eles denominam “marxismo cultural”. O marxismo cultural é um ideário fictício construído por essa direita, com o objetivo de enfrentar quatro grandes movimentos de luta, quais sejam, o de mulheres, o de jovens, o de defesa do meio ambiente, e

os movimentos culturais. Ao criar esse ideário denominado marxismo cultural, a direita recria, como fez com a doutrina de segurança nacional, a ideia de inimigo interno, o que, nesta lógica, justificaria a criação de mecanismos de controle social, em que a militarização das escolas se insere. O que se busca, ao fim, é acabar com todo pensamento que questione o pensamento neoliberal. E a democracia, neste contexto, passa a ser um elemento que impede ou dificulta a aplicação do projeto político de empobrecimento da população e aumento da concentração da renda.

Cleiton Denez tratou da relação entre o neoliberalismo e a escola pública numa perspectiva de enfrentamento das políticas de Ratinho Jr. Para ele, é necessário explicar a ofensiva do atual governo, assim como foi feito na década de 1990, contra as ações neoliberais hoje mais sofisticadas em relação à escola pública. Entende-se que muitos desses movimentos de sucateamento vão no sentido das privatizações das escolas públicas. Uma das estratégias é a alienação e exaustão das pessoas que compõem as escolas, com atividades que demandam alto gasto energético com fim, muitas vezes, em si mesmas.

Assim, a cultura do desempenho e da competição se tornou uma gestão. A concorrência segue a esteira neoliberal e instrumentaliza as gestões escolares no sentido de implantar um plano pedagógico pautado em desempenho. O pensamento de Foucault, mais especificamente do controle de corpos, ele entende que os corpos ao longo da história foram domesticados, docilizados; ou seja, o corpo foi controlado. O ponto central do neoliberalismo é a concorrência pura e o sujeito se posta como projetor de si mesmo, que concorre com o outro. Essa lógica de comportamento e consciência é a que rege a escola. A Prova Paraná é o maior exemplo disso, bem como a reforma do Ensino Médio, que cultuam no eu a tônica da agenda neoliberal na educação.

O sujeito não é mais entendedor do mundo, mas sim um corpo estimulado a somente sentir, a ter emoções. A coerção para isso vem de si mesmo, e isso leva ao esgotamento, ao cansaço. As políticas neoliberais criaram o totalitarismo das grandes corporações, e que se mostram muito mais eficientes do que a burocracia tradicional estatal. Todas essas ideias se associam ao conservadorismo, ao

moralismo, e ao setor privado. As escolas militares e o *home schooling* ganham cada vez mais espaço como formas elitizadas e divisórias entre as crianças e a sociedade. Em termos conclusivos, é assertivo ao dizer que a mão invisível do mercado é na verdade extremamente presente na ofensiva neoliberal contra a educação pública e de qualidade.

O NEOLIBERALISMO E O DESMONTA DO ESTADO BRASILEIRO

CONVIDAM PARA O SEMINÁRIO:

O NEOLIBERALISMO E O DESMONTA DO ESTADO BRASILEIRO

TERÇA-FEIRA - 16/11 - 19H

MEDIAÇÃO
Otávio Camargo
Mestre em Estudos Literários pela UFPR

CONVIDADAS

Sandra Brandão
Mestre em Economia, organizadora do livro *Brasil: Cinco Anos de Golpe e Destruição*, ex-chefe do gabinete de informações da presidenta Dilma

Virginia Laura Fernández
Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UFPR, professora do Departamento de Economia da UNILA, professora do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Econômico da UFPR

O sexto seminário⁵ do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 19 de novembro de 2021, às 19 horas. Para tratar do tema “O Neoliberalismo e o Desmonta do Estado Brasileiro”, participaram do debate Sandra Brandão, mestra em economia e ex-chefe de gabinete de informações da presidenta Dilma, e Virginia Laura Fernández, doutora em desenvolvimento econômico pela Uni-

5. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=USAqh4CoxXo&ab_channel=PTParan%C3%A1.

versidade Federal do Paraná e professora na Universidade da Integração Latinoamericana (UNILA). A condução e mediação dos debates estiveram a cargo de Octávio Camargo, mestre em estudos literários.

Sandra Brandão disse que iria apresentar a síntese de um estudo/documento que lhe foi encarregado pela presidenta Dilma e pelo presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, com o objetivo de reunir dados e informações sobre o desmonte do Estado no pós-golpe de 2016. E que embora o plano fosse produzir um breve estudo, isso se mostrou impossível, pois desde então foram duas reformas do Estado, extinguindo e fundindo ministérios e secretaria, nada menos de 18 emendas à Constituição Federal, dentre as quais a do teto de gastos, dezenas e centenas de decretos e portarias. E tudo isso com um propósito muito claro: implantar um projeto neoliberal, excludente, e que havia sido derrotado nas urnas por quatro eleições, mas foi viabilizado pelo golpe; e impedir que o Estado seguisse ampliando o orçamento distributivo e reduzindo a desigualdade no Brasil.

O projeto neoliberal em curso, portanto, não se limita à implantação da premissa “o Estado não vai interferir na economia”. Por exemplo, a reforma da previdência exigiu uma emenda constitucional, mas para extinguir os conselhos de políticas públicas bastou um decreto presidencial. A extinção do Bolsa Família foi feita por medida provisória, as mudanças na forma de reconhecimento da população indígena foi uma simples portaria da FUNAI. Há mobilização de um imenso conjunto de instrumentos para diminuir a capacidade do Estado de atuar. No governo Bolsonaro persiste a base ideológica que sustentou o golpe e que guiou todo o governo Temer, de privar o Estado de todos os instrumentos que garantem direitos às pessoas e estimulem o desenvolvimento. E esse projeto só não avançou mais em razão da incompetência política do governo Bolsonaro e da pandemia, que permitiu quebrar o discurso unificado das elites de desmonte do Estado.

Feitas essas considerações, gostaria de chamar a atenção para cinco pontos:

| POLÍTICA FISCAL

Na questão fiscal, a Emenda Constitucional 95/16 congelou os gastos públicos por 20 anos, algo que não existe em lugar algum no mundo. Independente-

mente do crescimento da população ou produto interno, e mesmo da receita, os gastos devem se manter no mesmo nível de 2016. Some-se a isso a recém-aprovada autonomia do Banco Central. Em conjunto, atuam para excluir o povo do orçamento.

No caso da educação, temos um orçamento que está no mesmo patamar de 2012. Na assistência social, é um quarto do que era em 2012. No caso de políticas de trabalho, o que o governo Bolsonaro gastou nos três primeiros anos de governo equivalem ao primeiro ano do governo Dilma.

Em contrapartida, as promessas dos supostos benefícios para justificar essas mudanças fiscais não estão sendo cumpridas. O déficit primário não foi zerado. A dívida líquida do setor público é hoje maior que em qualquer ano dos governos do PT, retornando aos patamares da era FHC.

Em suma, a política fiscal exclui o pobre do orçamento, mas não resolve a questão da solvência e da sustentabilidade do orçamento público.

| POLÍTICAS SOCIAIS

A fome voltou. É como se retornássemos a 2002, quando uma das principais bandeiras era o combate à fome. Em finais de 2019, antes da pandemia, já havia 19 milhões de pessoas passando fome. A inflação está fora do controle, afetando diretamente a população mais pobre. A inflação de outubro de 2021 foi a mais alta dos últimos 19 anos, para o mês de outubro. E os preços que mais sobem são os de alimentos, habitação e transporte, por causa do combustível.

O Bolsa Família foi extinto após 18 anos de sucesso extraordinário, causando imensa insegurança, pois os benefícios do Auxílio Brasil são incertos e excluem 22 milhões de pessoas. O orçamento da saúde, em termos per capita, é 4% menor que em 2015.

E no caso da rede federal de educação, a política é sufocar orçamentariamente as entidades, cortando custeio e investimento. No caso da rede de universidades públicas, o investimento de 2021 equivale a 4% do que foi investido em

2014. No caso dos Institutos Federais (IFETs) é ainda mais grave, o investimento de 2021 corresponde a 1,4% do que foi investido em 2014.

REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA

No caso da previdência, o ministro Guedes prometia a solvência em curto prazo, e o que há é necessidade de financiamento crescente. E no caso da reforma trabalhista, depois de três reformas trabalhistas – porque ela se divide, em uma do Temer e duas do Bolsonaro – o desemprego continua extremamente alto, a parcela de informais só faz crescer e a renda do trabalho também é declinante.

GUERRA CULTURAL

Há uma verdadeira guerra de valores em curso, usando o Estado brasileiro para sufocar valores que se vinham impondo nas últimas décadas. Hoje o orçamento da cultura tem o tamanho do último ano FHC. É como se tivéssemos andado 20 anos para trás. Nos casos de política de gênero, nós não temos ministério e nem programa orçamentário de políticas específicas para mulheres. O mesmo ocorre nas políticas de igualdade racial. Neste particular, é gravíssimo o PPA do Bolsonaro não mencionar nem uma vez em seu texto as palavras “população negra, quilombola e racismo”. No governo Bolsonaro não há nenhuma terra indígena demarcada e homologada. O número de território quilombola é o menor desde 2004. Em tempos de COP, temos um Estado que atua contra a sustentabilidade ambiental. É um governo amigo do agrotóxico, que liberou em três anos a mesma quantidade de produtos agrotóxicos liberados nos 15 anos precedentes. Em 2020 foram desmatados 11 mil quilômetros quadrados de floresta amazônica.

DETERIORAÇÃO DO AMBIENTE ECONÔMICO

Hoje, em 2021, nós temos uma economia 4% menor do que era em 2015, e um PIB per capita estagnado. O PAC foi abandonado. Em 2021 o investimento público equivale a 40% do patamar de 2014. O BNDES não funciona mais como banco de investimento, ao contrário, é um banco que financia a privatização. Faz estudos para privatizar. Os recursos para ciência, tecnologia e inovação estão em queda. Após 20 anos voltou a assombrar-nos a possibilidade de racionamento

de energia. A PETROBRAS está sendo esquartejada, o que significa que cada vez menos temos as empresas públicas com condições de atuar em favor do desenvolvimento produtivo. A PETROBRAS permitiu o renascimento de diversos setores da indústria brasileira, hoje isso não existe mais.

Desde 2018, há uma média mensal de uma empresa estrangeira indo embora do Brasil. Não só o investimento não veio, como as indústrias estrangeiras começaram a sair do país.

Promover a reconstrução do Brasil exige uma nova forma de o Estado atuar, pois nem mercado nem os indivíduos enquanto tal irão promover o desenvolvimento inclusivo e com direitos ao povo. E, em especial, o governo central, pois os estados e os municípios não possuem capacidade de investimento, nem promovem adequadamente políticas sociais. Daí a necessidade de uma instância federativa que organize e coordene essas políticas públicas.

Virgínia Laura Fernández tratou de alguns elementos que podem ajudar a compreender os desafios para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O primeiro elemento citado, e do qual, segundo ela, os economistas não gostam de falar, é que a distribuição da renda é central para o desenvolvimento econômico. Mas não apenas desde uma perspectiva social, de justiça social, ou de princípios humanos, de eliminação da miséria. A distribuição de renda é elemento estruturante de um processo continuado de desenvolvimento e crescimento.

Não é possível sustentar o desenvolvimento econômico no médio e longo prazos se não houver distribuição de renda. Não existe no mundo caso de crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo se não há uma melhora distributiva. Não está certa a lógica de “primeiro crescer, depois desenvolver e por último distribuir”.

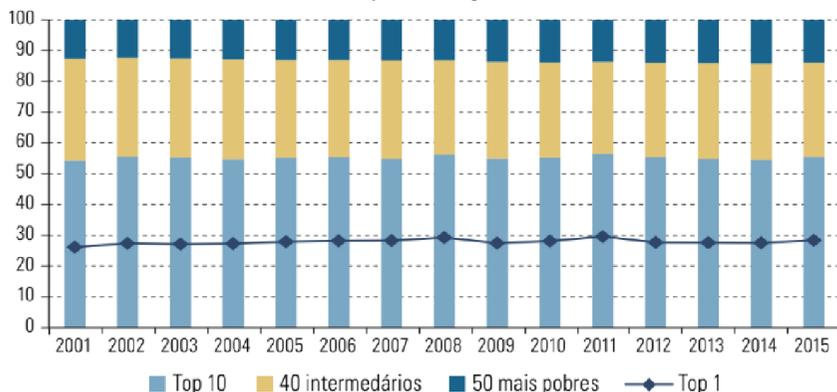
Esse processo distributivo não consiste tão simplesmente na distribuição da renda, mas também, e sobretudo, um processo distributivo que gera cidadãos com outros direitos, com outra formação social, com outro compromisso com a sua comunidade, assim como um cuidado com o meio ambiente e um cuidado

social. E que também incorpora educação que permite se inserir no mercado de trabalho em setores mais sofisticados. E é impossível que isso surja espontaneamente pelo mercado, pela iniciativa privada, menos ainda numa economia exportadora de *commodities*.

Neste sentido, é importante marcar que nos governos do PT houve uma melhora distributiva, que foi interrompida com o golpe. A partir de 2016 há clara piora nos índices de Gini, que mostra qual a participação de determinado setor na renda nacional.

Mas há um detalhe que gostaria de sublinhar para orientar futuras políticas distributivas. A parte da população que pagou por essa melhora distributiva nos governos petistas foi a classe média brasileira. Os 50% mais pobres melhoraram sua participação na renda nacional no período entre 2004 e 2014, mas não às expensas dos 10% mais ricos, e sim às custas dos 40% intermediários, ou seja, a classe média. Essa característica do processo distributivo dos governos petistas pode indicar razões para a insatisfação da classe média.

Brasil: Participação dos percentis no total da renda, 2001-2015
(Em porcentagem)



Fonte: World Inequality Database. Disponível em: <https://wid.world/>

Esse é um processo mundial, visualizado tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, e que está relacionado com uma mudança da técni-

ca, a sofisticação produtiva e a financeirização da economia, que forçam a concentração de renda. É um problema tratado pelo economista francês Thomas Piketty em seu livro *O Capital no Século XXI*, que, ao identificá-lo, aponta como um elemento central no descontentamento das classes médias com os governos de seus países.

E um terceiro ponto que gostaria de comentar é sobre um indicador chamado complexidade econômica, que permite mostrar qual a qualidade da exportação de um país, e advém como uma espécie de síntese do pensamento estruturalista latino-americano, cepalino, de que a estrutura produtiva é importante. Vender soja não é a mesma coisa que vender aviões. O país que consegue vender aviões tem um potencial de desenvolvimento bem maior.

Esse índice de complexidade econômica apresenta, no caso brasileiro, uma franca piora em relação à década de 1980. Isso mostra, de certa forma, os efeitos de uma política neoliberal, quando o país abandona uma estratégia definida de industrializar o país e sofisticar sua matriz produtiva e exportadora, assim como os reflexos da ascensão de economias asiáticas, em especial a chinesa, que forçaram, a partir da demanda, a reprimarização da economia brasileira nas primeiras décadas do século XXI.

Para criar, portanto, um processo de desenvolvimento no Brasil, é importante fomentar uma melhora distributiva mais equitativa, criando um entrado de trabalhadores mais qualificados, atuando em setores de maior valor agregado.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO

QUARTA-FEIRA . 8/12 . 19H



Roberto Requião
Foi deputado estadual, prefeito de Curitiba, secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná, governador do Paraná e senador da República



Aristides Veras dos Santos
Agricultor familiar, atuante no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, foi vereador pelo PT (1997 a 2004) e vice-prefeito de Tabira (2004 a 2008)



Valter Bianchini
Engenheiro agrônomo especialista em Políticas Agrícolas, foi Secretário da Agricultura Familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003 a 2007) e Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (2007 a 2010)

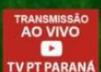


Isabel Limongi (Mediação)
Doutora em Filosofia pela USP









O sétimo seminário⁶ do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 08 de dezembro de 2021, às 19 horas. Para tratar do tema “Agricultura Sustentável e Desenvolvimento”, participaram do debate Aristides Veras dos Santos, agricultor familiar atuante no MST, ex-vice-prefeito de Tabira/PE (2004/2008); Valter Bian-

6. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JFF2Qweov-c&ab_channel=PTParaná%3%A1.

chini, engenheiro agrônomo especialista em políticas agrícolas, ex-secretário da agricultura familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003/2007) e secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (2007/2010); e Roberto Requião, ex-governador do estado do Paraná e ex-senador da República.

Aristides dos Santos tratou da importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e a proteção do meio ambiente.

Quando alguém produz para sustentar sua família, faz isso de forma sustentável. As produções de soja e carne no Brasil não compõem sistemas alimentares familiares, mas sim grandes cadeias de exportação a partir do modelo de latifúndio, e agridem severamente o meio ambiente. A pandemia diminuiu o acesso ao alimento, contrariando o direito universal ao alimento do ser humano. A legislação do agro hoje facilita a vida de grileiros e latifundiários, que alimentam um modelo de produção que não se importa com nenhuma forma de cuidado com os recursos naturais. Muito disso se agravou após o golpe de 2016. É preciso, a partir destas ideias, debater sobre os sistemas agroalimentares, sob o ponto de vista das agriculturas familiares.

Alguns dados nos mostram que a agricultura familiar representa 90% das propriedades rurais no mundo, além de contar com 75% dos recursos naturais. É com esse público que o mundo será preservado. Além disso, 77% da mão de obra é de agricultura familiar, uma vez que a agricultura de latifúndio é extremamente automatizada. Sobre a fome, mais de 3 milhões de famílias estão no mapa da fome, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Outra questão é a de que o dinheiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) está indo para soja, milho, grãos e bovinos, ao invés de ir para a agricultura familiar em si. Em decorrência desses fatores, costuma-se pensar, num senso comum que, apesar de desconexo, é muito difundido, que a agricultura de subsistência não é algo estruturado, é rudimentar e atrasada. Porém, toda a manutenção humana e da divisão de tarefas em cada pequena propriedade do campo faz com que a agricultura familiar e/ou de subsistência se torne, de fato, complexa e estruturada. O desmonte das estruturas da agricultura familiar causa o fenômeno do êxodo rural, lota cidades que não

estão preparadas para receber essa quantidade de pessoas do campo e cria situações de periferia.

Em termos conclusivos, a respeito da reforma agrária, é preciso rever a legislação, tirar o debate somente da esquerda para que ela ganhe robustez popular para se realizar, bem como trazer de novo o Requião ao Paraná e o Lula ao Brasil. O cenário de desmonte de políticas públicas do governo Bolsonaro acaba com a assistência técnica que se provê a partir do governo. Os avanços de Lula e Dilma foram dizimados por Temer e Bolsonaro, com orçamentos mais de dez vezes menores. Entender, então, que essas ações de desmonte são estratégicas e que, pelo nosso lado, é preciso abraçar a causa do que chamamos de economia solidária, são fatores essenciais para a reversão gradual do quadro.

Valter Bianchini versou sobre o desmonte das políticas públicas e como isso gera problemas para a questão ambiental.

Há mais de 50 anos o Brasil é protagonista na discussão de temas ambientais. Em 1972, em Estocolmo, houve uma convenção a respeito do meio ambiente onde se cunhou o termo ecodesenvolvimento, que viria a se chamar, anos depois, de desenvolvimento sustentável. A agricultura sustentável, a erradicação da pobreza e o consumo de água são ações que são pensadas juntas para a preservação do meio ambiente. Hoje, porém, o governo Bolsonaro corrobora uma antipolítica ambiental. Há que ser feito um grande trabalho de reconstrução de políticas ambientais para a agricultura quando Bolsonaro não estiver mais no governo.

E não é só nos âmbitos ambiental e rural que esses desmontes se agravam, mas também na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que tem uma política praticamente zero a respeito da preservação de reservas indígenas. O governo Bolsonaro destruiu o conselho de segurança da agricultura familiar. Mas a agricultura familiar conta com algumas vantagens também, como o avanço do corporativismo entre as famílias e o crescimento do número de tratores entre esses grupos. A agricultura consciente, sustentável e sem o uso de transgênicos deve ser feita em parceria com os corporativismos.

Os assentamentos contaram com propostas de agroindústrias no governo Requião e cresceram muito com isso. Hoje, a tecnologia avançou e as propriedades precisam de independência energética, ou seja, sem depender das fontes externas. Fontes como a biomassa e a eólica são opções para compor esta proposta. A agricultura sustentável precisa se tornar realmente independente de insumos externos da propriedade, de fábricas de bioinsumos.

É preciso avançar na simplificação burocrática da certificação de alimentos produzidos pela agricultura familiar. As mulheres têm tido cada vez mais representatividade nas atividades diversas da agricultura sustentável. Por fim, junto delas e dos homens, os jovens compõem e devem continuar compondo os contextos rurais nesse sentido.

Roberto Requião falou sobre as políticas de exportação com Bolsonaro e Temer a partir da lógica do liberalismo econômico.

Esse liberalismo transforma de novo o Brasil numa colônia. O projeto Ponte para o Futuro propõe a agricultura completamente mecanizada e à deriva dos *traders*. Assim, a precarização do trabalho se torna uma tônica, beirando a semiescavidão. Só que a nossa agricultura é a mais diversa e a que mais produz alimentos no mundo. Porém, falta arroz e feijão na mesa do brasileiro. A produção agrícola brasileira é exportada em forma de ração para animais de países desenvolvidos.

Durante a gestão Requião, o apoio técnico foi importantíssimo para a manutenção da agricultura familiar, como a irrigação e o fornecimento de tratores. Atenta-se aqui também para a formação das pessoas do campo, ou seja, acessibilizava-se o conhecimento técnico das tecnologias a respeito da agricultura. Hoje, para retomar essas políticas, é necessário o fomento financeiro e de instrução das escolas agrícolas.

A agricultura de produção de alimentos é importantíssima e se deve apostar pesadamente nela. Seu desmonte é uma estupidez. O caminho está bem delimitado: os equipamentos devem ser fornecidos aos agricultores, o seu conhecimento deve ser repassado às escolas e deve haver inspeccionismo intenso em

todo esse processo. Isso porque o alimento brasileiro tem se tornado cada vez mais ração e embutidos industrializados.

O liberalismo econômico considera que os agricultores são uma máquina de produção, vendo a força jovem apenas como um potencial de força de produção, sujeito à obsolescência e ao abandono. A produção em larga escala de gigantes internacionais liberais atende aos próprios interesses e não defende a agricultura familiar. O foco deve ser, portanto, a recuperação estrutural das pessoas que trabalham no campo, bem como suas felicidades, que é o que mais importa para o futuro do país.

PERSPECTIVAS PARA O ESPORTE

SEMINÁRIO NEPP-PR
PERSPECTIVAS PARA O ESPORTE:
Formação e Lazer

QUARTA . 30/3 . 19H

FERNANDO MEZZADRI
Professor e Pró-reitor da UFPR e coordenador do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva

FERNANDO STAREPRAVO
Professor da UEM e coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esportes e Lazer (Geppol/ CNPq)

MARIO VERRI
Vereador e Presidente do PT em Maringá e presidente da Associação Cultural Espaço Nelson Verri

REJANE RODRIGUES
Mestre em Educação Física pela UNIMEP/SP e ex-integrante do Conselho Nacional do Esporte

TRANSMISSÃO AO VIVO
TV PT PARANÁ

FUNDAÇÃO Perseu Abramo

NEPP-PR

Paraná
MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Oitavo seminário⁷ do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 30 de março de 2022. Para tratar do tema do esporte, contou com a presença de Fernando Mezzadri, professor e pró-reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenador do instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva; Fernando Starepravo, professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esportes e Lazer (Geppol/ CNPq); Mario Verri, vereador e presidente do PT em Maringá; e por fim com Rejane Rodrigues, mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep-SP) e ex-integrante do Conselho

7. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8DwtyD_pVEw&ab_channel=PTParan%C3%A1.

Nacional do Esporte. O seminário foi mediado pela professora e ex-deputada estadual Lygia Pupatto.

Fernando Mezzadri comentou, em tom introdutório, sobre a participação popular e do estado na construção de uma relação mais direta entre o esporte, a saúde, a educação, a ciência e o conhecimento.

Rejanne Penna relatou sobre sua experiência enquanto secretária nacional do esporte e lazer do extinto Ministério do Esporte.

Além dos mega eventos que o governo PT realizou, como a Copa de 2014, os jogos Panamericanos de 2007 no Rio de Janeiro, as Olimpíadas etc., destaca-se a criação do Ministério do Esporte. A participação popular de vários ramos da sociedade confere o estatuto de cidadania ao tema, e o inclui na agenda de qualidade de vida.

O esporte e o lazer são instrumentos de educação, de controle de violência; logo, se tornam potenciais de transformação social. Pesquisas mostram que quanto melhor o nível socioeconômico de um grupo, mais esportes são praticados pelas pessoas que o compõem. Para além dos benefícios pessoais, o esporte é responsável por movimentar a economia e gerar empregos. Estas ações garantem acesso aos benefícios de forma democrática; por outro lado, a intersetorialidade e os orçamentos a respeito do esporte ainda são um problema a ser resolvido.

Enquanto o Ministério do Esporte esteve sob a tutela do PCdoB, as administrações petistas estavam a cargo das administrações municipais, e vários programas foram criados para a difusão do esporte em variadas regiões. Porém, a população brasileira envelheceu e os índices de sedentarismo aumentaram, inclusive entre a faixa etária que mais pratica esportes – de 16 a 24 anos. É preciso reiterar a importância das políticas públicas de desenvolvimento e de infraestrutura para o esporte, uma vez que sua prática possui grande potencial de amenização das desigualdades. É preciso abranger todas as áreas, sendo rurais ou urbanas, interioranas ou cosmopolitas, e acessibilizar para todas as pessoas, sofram elas com deficiências ou não.

Mario Verri falou sobre sua experiência enquanto secretário do esporte e do lazer em Maringá (PR).

O esporte e a cultura sempre se tornam uma moeda de troca, quando o PT vence alguma eleição municipal. Mas não deveria ser assim, pois é preciso trabalhar para que pessoas do grupo petista estejam dentro destas secretarias, agendas e pastas.

O espaço Nelson Verri, por exemplo, foi criado por ele e seu irmão em homenagem ao pai de Mário que, assim como ele, viveu muito o esporte. É um grande galpão que promove à comunidade de Maringá vários tipos de esporte, principalmente com danças e às vezes com lutas. Há mais de 16 anos ativo, o espaço é um local de transformação inicial de pessoas, e se viu ao longo dos anos que foram alçadas aos grandes holofotes do Brasil, como a TV Globo, os espetáculos de dança do Beto Carrero etc.

O lazer no estado do Paraná é muito mais forte no litoral, principalmente em época de férias de verão, e no interior se torna defasado. Defende-se aqui a reversão dessa noção, com ações que tragam para o interior do estado as políticas do esporte, e que elas sejam não só em torno do futebol, pois há por óbvio outros esportes de interesse da comunidade que podem ser explorados por políticas públicas. É preciso ter grupos petistas envolvidos nestas empreitadas, para que o esporte não se torne algo fugidio do controle e dos programas de desenvolvimento do esporte e do lazer da agenda do partido.

Por fim, salienta-se a importância de rever o baixo salário dos professores de educação física, uma vez que o valor recebido por essa classe é muito inferior ao dos seus colegas docentes. Isso faz com que eles tenham que se dividir em três ou quatro trabalhos semanais, usando, inclusive, o final de semana para poder complementar a renda.

Fernando Starepravo fez sua fala a respeito do passado, do presente e do futuro do esporte brasileiro.

A respeito do passado, as ações existem em prol do esporte desde a década de 1940, mas eram marginalizadas, desarticuladas e só tinham olhos para o futebol.

Até os anos 1980, porém, experiências municipais importantes foram acumuladas em benefício do esporte. Na década de 1990, houve, de fato, um interesse mais efetivo do Estado no esporte, no Brasil e também em outros países.

Isso culminou, em 2003, na criação do Ministério do Esporte, no início do governo Lula. Houve, com isso, a criação de programas esportivos, como o Programa Segundo tempo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade, o Bolsa Atleta etc. Além disso, foram recebidos vários grandes eventos esportivos, e apesar de haver problemas com a execução, o esporte se torna uma tônica no debate público. Mesmo assim, faltou tempo para a estruturação de bases mais sólidas na manutenção de políticas do esporte no Brasil.

Hoje, o esporte sofre com rebaixamento nas agendas políticas de Jair Bolsonaro, desde 2019. Houve diminuição dos recursos e imobilismo no âmbito federal na gestão dos esportes. As ações implementadas pelo PT foram desarticuladas, tornaram-se diminutas, assim como o orçamento em nível federal. A partir de 2017, quando o PT deixa o Palácio da Alvorada, os valores investidos no esporte caem consideravelmente e se mantêm um platô até então.

Com isso, vê-se que 75% da população brasileira está inativa fisicamente, além de quase metade das escolas brasileiras não possuírem nenhuma estrutura esportiva. Devido à desestruturação da política do esporte, pessoas de baixa renda, principalmente pessoas negras e mulheres, foram as que mais sofreram com os (des)feitos.

A partir destas ideias, é fundamental pensar na retomada do Ministério do Esporte em caso do retorno da gestão petista ao Poder Executivo. Nessa toada, é importantíssimo manter e ampliar programas de sucesso criados no passado, assim como é urgente estabelecer os pilares para o desenvolvimento do esporte no Brasil enquanto uma política pública efetiva, são eles: o Sistema Nacional de Esporte, o Fundo Nacional de Esporte e o Plano Nacional de Esporte.

A respeito do Fundo Nacional do Esporte, já em termos conclusivos, destaca-se que ele está previsto no âmbito do PLS 68/2017. Também é alimentado com recursos de loterias, com percentual sobre produtos de baixa qualidade alimentar,

de doações, de recursos do tesouro, de jogos do azar, de recursos do SUS etc. O Fundo deve, portanto, ser replicado em nível estadual e municipal, com a finalidade de criar um grande atrativo para a adesão ao Sistema Nacional de Esporte e um dos seus pilares. O dinheiro tem sua importância, pois estimula a atividade de estruturação de políticas do esporte. O próximo passo, enquanto grupo, é transformar estas ideias em algo concreto e em pleno desenvolvimento.

A ARTE, A CULTURA E A DEMOCRACIA

NEPP - PR E GT ELEITORAL DO PT-PR APRESENTAM:

A ARTE, A CULTURA E A DEMOCRACIA



KENNEDY PIAU
Doutor em Humanidades pela Universidade Autônoma de Barcelona. Ex-diretor Diretor de Ação Cultural da Secretaria de Cultura de Londrina



JUCA FERREIRA
Sociólogo e
Ex-ministro da Cultura



NENA INOUE
Atriz e Artista Gestora

MEDIAÇÃO



OTÁVIO CAMARGO
Professor da Unespar

5/5 * QUINTA * 19 H

TRANSMISSÃO PELA TV PT PARANÁ

O nono⁸ seminário do NEPP/PR foi realizado de forma virtual, no dia 05 de maio de 2022, às 19 horas. Para tratar do tema “A Arte, a Cultura e a Democracia”, participaram Juca Ferreira, sociólogo e ex-ministro da cultura; Kennedy Piau, doutor em humanidades pela Universidade Autônoma de Barcelona, ex-diretor da Ação Cultural da Secretaria de Cultura de Londrina; e Nena Inoue, atriz e artista gestora. O seminário foi mediado por Otávio Camargo, professor da Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

8. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g2sMWIDoHwQ>.

Nena Inoque versou brevemente sobre as perdas sofridas pela sua geração e pela anterior, destacando a extrema necessidade de uma vitória petista nas eleições presidenciais de outubro.

Dentre elas, Nena destaca a extinção do Ministério da Cultura, que havia sido criado após o fim da ditadura militar. Ato como esse são violentos, e por isso mostram a que vêm e no que se inspiram. O revide precisa ser feito com o restabelecimento do sistema nacional de cultura, dando a entender que, assim como a fome, o acesso às artes é um direito vital brasileiro. É necessário, então, retirar os governos de Bolsonaro e Ratinho Jr, que agem no sentido de vários desmontes, sendo o âmbito da cultura e das artes o primeiro a ser atacado e sucateado. Isso só será feito com a vitória de Lula, aponta Nena, pois ainda que não seja petista, ela entende que a arte e a cultura são assuntos que serão fortalecidos com o possível feito.

Kennedy Piau falou a respeito de um compilado de experiências com a interseccionalidade dos movimentos culturais, junto das organizações coletivas e das ações da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina.

Primeiramente, ele fala a respeito da má aplicação da lei Aldir Blanc. Além disso, versa a respeito da extinção da Secretaria da Cultura e menciona sua transformação em superintendência. Também discorre a respeito da frágil institucionalização da cultura enquanto política pública. É necessário, para Kennedy, superar alguns equívocos conceituais, como a melhor distribuição de recursos para a cultura, e também fazer dela uma pertencente ao plano transversal de interação com outras políticas públicas, como se a envolvesse numa rede de apoio, que lhe conferisse os devidos cuidados e visibilidade.

No que tange às propostas, é necessário recuperar parâmetros conceituais básicos de um plano de governo. Assim, a cultura deve ser entendida como invenção coletiva e prática que entenda os seres humanos como distintos das coisas naturais. A experiência deve ser não só imediata e prática, mas também pensada e refletida através da memória e da escrita. Dentre outras, a cultura deve ser um direito garantido à população. Também deve ter caráter estruturante, tanto em âmbito federal, quanto estadual e nas instâncias municipais.

Para isso, Kennedy cria 13 propostas de melhoria do quadro cultural. São elas: recriar a Secretarial Estadual da Cultura do Paraná; realizar regularmente conferências estaduais de cultura; consolidar o Paraná no sistema nacional de cultura e efetivar o sistema estadual com estímulo aos municípios; ampliar o orçamento da cultura para 1,5% do orçamento estadual, como prevê a PEC 150; formar teórica e praticamente agentes culturais; contribuir na construção de instrumentos de avaliação quantitativa e qualitativa das ações culturais; criar um sistema estadual de informações culturais; contribuir na articulação estadual de rede de pontos de cultura; descentralizar social e geograficamente os recursos do orçamento destinado à cultura; potencializar a cadeia produtiva da cultura, articulando a economia criativa com a solidária; melhorar as condições de infraestrutura e ampliar os equipamentos culturais mantidos pela Secretaria de Estado de Comunicação e Cultura; desenvolver ações para a salvaguarda das culturas tradicionais, envolvendo indígenas, caiçaras, quilombolas etc.; repor e ampliar o quadro de servidores vinculados ao órgão de cultura do estado e, por fim, promover a diversidade cultural do estado do Paraná.

Ângelo Vanhoni, coordenador do NEPP/PR, teceu comentários a respeito da gestão de recursos da política cultural de Gilberto Gil e Juca Ferreira quando estiveram no Ministério da Cultura, como um abre-alas para a fala do ex-ministro. A respeito do tema, ele ressaltou a importância dos Pontos de Cultura e da Lei Rouanet para as políticas de cultura no Brasil. Teceu críticas a respeito de infortúnios e intempéries que permearam os processos, mas sem deixar de lado o reconhecimento das conquistas das políticas culturais. Ângelo também mencionou feitos dos Pontos de Cultura no território paranaense, tanto com as comunidades eslavas – oriunda dos movimentos migratórios, quanto com as caiçaras.

Juca Ferreira comentou sobre seu período enquanto ministro da Cultura no governo Lula, ao lado de Gilberto Gil.

O ex-ministro conta como o Brasil não foi destruído por Bolsonaro, mas que ele está pulsante e pujante, esperando a reeleição do presidente Lula para a retomada democrática do Brasil. O golpismo é uma doença crônica do Brasil, com políticos de extrema-direita e militares no aguardo da primeira oportunidade.

Juca diz que Lula não é radical, mas sim muito cauteloso, e hoje vivemos uma distopia sombria e tenebrosa, com a juventude desacreditada do futuro. A cultura, nesse todo, precisa sair de seu ensimesmamento. A dimensão nacional da luta está perdida, é preciso construir espaços de âmbito institucional de amparo às minorias, e as novas identidades devem ser incluídas na retomada da soberania do país. A cultura deve somar forças e se expandir junto com outros espaços do debate para refortalecer a luta pela redemocratização brasileira.

Atenta para a união entre os países latino-americanos e os africanos na contraforça diante da extrema-direita. A reeleição deste grupo instaurará novamente a censura aberta e pública. É necessário insistir na politização da pauta cultural, assim como era feito no governo de Dilma. As áreas devem ser valorizadas em toda a gama plural que têm, desde as cidades, suas periferias, ou ainda nas áreas rurais, nas reservas indígenas etc. Mencionou a história em que Gilberto Gil deu a ele a responsabilidade de alavancar a visibilidade da produção cultural riquíssima feita nas periferias.

O Ministério da Cultura deve ser retomado com sua força de desenvolvimento pleno de articulação estrutural da cultura no Brasil. A teia é muito complexa, e o Estado tem o dever de proporcionar o melhor cenário possível para essas atividades. A cultura não é uma política secundária, ela é, na verdade, o atributo evolutivo que nos diferencia dos outros mamíferos. É a capacidade de conceitualização e abstração que dá ao ser humano o potencial de transformação e, nesse caso, melhorias. A cultura é responsável por fazer a ruptura com questões históricas mal resolvidas, como a escravidão e o período colonial. Deve-se estar lúcido e preparado para a retomada do ministério, antes ainda das eleições. Os espaços para desenvolvimento da cultura não podem ser só físicos, devem também estar na internet, na televisão. Em suma, é necessário adotar um tom de continuidade do que já havia antes do desmonte, e assim retomar a fertilização dos terrenos da cultura brasileira.